

## FOCALIZANDO A ORALIDADE E PROCESSOS DE LETRAMENTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Lúcia Paula Novaes Oliveira*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Evanilda Soares e Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** O presente estudo teve como objetivo evidenciar a importância da oralidade no processo de letramento no Ensino Fundamental. A metodologia adotada, de cunho qualitativo, envolveu o levantamento e estudo bibliográfico com autores que abordam os seguintes temas e conceitos: letramento, a oralidade e a escrita. Compreende-se que a alfabetização e o letramento são dois processos distintos, porém ligados entre si. Uma vez que, como explica alguns pesquisadores, a prática da alfabetização se define quando um indivíduo se apropria do código escrito, de antemão o processo de letramento é determinado a partir do momento em que este indivíduo é capaz de fazer uso deste código para relacionar-se, cumprindo as exigências estabelecidas pela sociedade. Assim, os processos de alfabetização e o letramento podem estar articulados às práticas de oralidade, tendo em vista que esta é tida como a primeira forma de comunicação do indivíduo, mas esta não seria sua principal função, pois, ela tem a capacidade de organizar o pensamento da criança.

**Palavras chave:** Escrita. Letramento. Oralidade

### Introdução

Os rumos da alfabetização precisam ser debatidos de forma interdisciplinar em nossa sociedade, pois as diversas visões que se agregam trazem luzes a um método que vem sofrendo indagações e reestruturações nem sempre efetivas. Historicamente, existe uma discrepância entre os métodos utilizados no ensino do sistema alfabético e ortográfico da escrita, com predomínio ora dos processos sintéticos, ora dos analíticos.

Contudo, é importante destacar que, mesmo com as atuais discussões acerca da necessidade de se reavaliar o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa decorre há vários decênios, as unidades escolares persistem em desenvolver as aulas de Língua Portuguesa pautadas essencialmente na produção escrita, desincentivando a expressão oral do aluno, condição de irrefutável relevância para sua interação social.

Diante do exposto, a abordagem sintética, que favorece o treino motor e percentual, disputa espaço com abordagens que valorizam a reflexão e a inclusão do principiante nas práticas sociais em que a leitura e escrita se fazem presentes.

A Alfabetização é o processo em que as crianças aprendem não somente a leitura e a escrita, mas também a fala e a escuta em diferentes contextos sociais, ambos, representam meios de apropriação de conhecimentos pertinentes para a vida.

Poderíamos pensar e dizer que o Letramento diz respeito só às práticas de escrita e não se relaciona com a oralidade. Na verdade, em se tratando de cultura letrada, a oralidade se mostra também como prática discursiva atravessada de alguma maneira pela escrita.

Diante disso, acredita-se que se os professores alfabetizadores dominarem melhor o processo de desenvolvimento da linguagem de seus alunos e os estimularem a partir da base linguística poderão facilitar os processos iniciais de aquisição de leitura e escrita.

Vale destacar que, no processo de alfabetização, a oralidade como suporte para a escrita é de fundamental importância. Segundo Marcuschi (2001, p. 99), a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora: ela vai desde uma realização mais informal a mais formal nos vários contextos de uso (Marcuschi, 2001, p. 21).

Assim, é importante destacar que esta pesquisa é de cunho bibliográfico, na qual abordaremos acerca dos conceitos de alfabetização e letramento, e por fim faremos uma reflexão acerca da oralidade.

## **Alfabetização e Letramento**

As expressões alfabetização e letramento são conceitos que atravessam a história da linguagem escrita na educação, autores enfatizam que estes termos são diferenciados, contudo, são inseparáveis.

Assim, a concepção de alfabetização caracteriza-se pelo ensino e aprendizagem do sistema alfabético de escrita. Magda Soares defende que ler e escrever consiste-se no “domínio da mecânica da língua escrita; nesta concepção, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) de decodificar a língua escrita em língua oral (ler)” (SOARES, 2008 p. 15-16).

Em se tratando do discurso pedagógico e da linguagem comum, saber ler e escrever é estar alfabetizado.

De acordo Magda Soares, “essas duas competências, expressas simplesmente por esses verbos — ler, escrever — sem que se lhes atribua complementos (ler o quê? escrever o quê?), não são suficientes para que o indivíduo possa participar plenamente de sociedades grafocêntricas, isto é, centradas na escrita. Segundo a autora, é preciso ter também as habilidades necessárias para fazer um bom uso da leitura e da escrita, nas práticas sociais em que a língua escrita está envolvida: para além da alfabetização, o letramento. Uma pessoa está amplamente inserida em sociedades letradas quando não só sabe ler e escrever, mas sabe fazer uso adequado e bem-sucedido da leitura e da escrita.

#### Para Oliveira e Leite

a nova concepção de alfabetização mostra que as crianças, além de aprender sobre as letras, também aprendem sobre diversos usos e formas da língua existentes no mundo, onde a escrita é um meio essencial de comunicação. Os processos de Alfabetização e Letramento são indissociáveis, precisam caminhar juntos. É preciso ensinar às crianças as práticas sociais de leitura e escrita, desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. (OLIVEIRA; LEITE, 2015 p.138).

Há ainda uma certa confusão para algumas pessoas em relação ao termo letramento, pois estar letrado é muito mais do que saber ditar uma carta.

Quando uma pessoa aprende a ler e escrever e faz uso constante da leitura, escrita e das práticas sociais, torna-se uma pessoa diferente, pois ela adquiriu um novo estado e uma nova condição, passa a ter outra cultura. O sujeito letrado pensa e age de forma diferente da pessoa analfabeta ou iletrada. É perceptível, através da fala quando uma pessoa se torna alfabetizada e letrada, pois o analfabeto depois que aprende a ler e escrever passa a se comunicar melhor com outras pessoas. Não se pode negar que a pessoa alfabetizada e letrada tem maiores chances de arrumar empregos com valorização salarial melhor.

Antigamente, o que se entendia como sujeito alfabetizado estava limitado ao indivíduo que escrevia o próprio nome e textos simples. Como assevera Soares:

Alfabetizar é fornecer condições para que as pessoas tenham acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo, de fazer uso adequado da escrita em todas as funções em que ela tem em nossa sociedade (SOARES 1999, p.17).

Em se tratando de alfabetização e letramento é importante destacar que existe hoje uma necessidade de educar para o mundo, a leitura e a escrita vão além de conhecer as letras do alfabeto, é necessário conhecer as práticas sociais, a diversidade de gêneros textuais que estão presentes no dia a dia das pessoas. Na nossa cultura letrada, o letramento está ligado aos usos das práticas de leitura e escrita, onde o indivíduo desenvolve as habilidades não somente de ler e de escrever, mas sim, de utilizar a escrita na sociedade. Para Soares:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado, alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, é aquele que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais da leitura e escrita (SOARES 2000, p.39).

Portanto, os primeiros anos de escolarização são muito importantes para essa apropriação do sistema alfabético e esses saberes continuarão nos anos seguintes sendo ampliados. Desta forma, o esperado e recomendável é alfabetizar letrando, não se pode fazer um de cada vez, são caminhos que se fazem juntos. Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequências de ter se apropriado da escrita. (SOARES, 1998, P.18).

Para Oliveira (2015) a nova concepção de alfabetização mostra que as crianças, além de aprenderem sobre as letras, também aprendem sobre diversos usos e formas da língua existentes no mundo, onde a escrita é um meio essencial de comunicação.

Para tanto, para obter sucesso na prática de alfabetizar e letrar, inicialmente o professor alfabetizador deve ter claro a diferenciação entre a inseparabilidade destes dois conceitos. Segundo Oliveira; Leite (2015)

Para que o estudante se torne uma pessoa letrada é preciso dar a ele condições. O professor, peça chave na ampliação do conhecimento dos educandos, precisa criar situações que envolvam as práticas letradas, trazendo para dentro da sua sala vários gêneros textuais para serem analisados, criados, recriados e ampliados pelos educandos. (OLIVEIRA; LEITE, 2015, p. 139).

Deste modo, deduzimos que o educador ao elaborar sua prática pedagógica, deve sugerir que os processos de alfabetização aconteçam no mesmo cenário de letramento, o qual cabe a ele fazer com que as crianças apreendam a função social da escrita.

### **O desenvolvimento da linguagem oral.**

A oralidade é a capacidade de expressão oral dos indivíduos, adquirida e desenvolvida desde o nascimento nas relações sociais do dia a dia. Desde a infância que a oralidade é essencial na constituição do letramento. A linguagem oral é um dos aspectos fundamentais na vida do ser humano e é através da linguagem que nos comunicamos, socializamos, organizamos nosso pensamento e nos inserimos no mundo, não podemos desconsiderar que a linguagem é o principal instrumento de comunicação.

Ao destacar os processos de oralidade, podemos associá-los aos conceitos de alfabetização e letramento, visto que, estes podem ser definidos como um conjunto de práticas sociais e pedagógicas que viabilizam o desenvolvimento da aquisição da linguagem. Nesta perspectiva, ao trabalhar as práticas de oralidade no ambiente escolar é também envolver as práticas de alfabetização e letramento, uma vez que, um processo contribui para a aquisição do outro. Neste seguimento, Freitas ressalta que:

A linguagem foi uma preocupação central para Vygotsky, desde os seus anos de formação. Estudou-a e deu a ela um lugar destacado em sua teoria, abordando-a não como um sistema linguístico de estrutura abstrata, mas em seu aspecto funcional, psicológico. Interessava-lhe estudar a linguagem como constituidora do sujeito, portanto, focar em seus estudos a relação pensamento-linguagem (FREITAS, 1995, p.92).

Assim, Buosi (2009) destaca a aquisição da linguagem como um marco para o desenvolvimento humano, onde afirma que a apropriação desta “habilidade especificamente humana fornece às crianças habilidades de lidar com situações-problemas e planejarem situações futuras”.

Cabe a nós adultos, ensinar à criança a utilizar adequadamente a linguagem nos mais variados ambientes: em casa, na escola, no parquinho, na igreja. Cabe a nós, participar e nos comunicar de modos diferentes em cada situação, em todos os locais de forma competente.

Destaca-se que o trabalho realizado com a oralidade em sala de aula pelos docentes é muito importante, pois a fala é parte integrante de nossa vida. O professor deverá promover

situações e incentivar os alunos desde cedo a participar de momentos que levem a criança a expor a sua fala, na sala de aula, quanto mais a criança participar de atividades que utilizem a fala, contribuirá para que ela desenvolva cada vez mais a oralidade. Existem muitas práticas sociais na escola que ajudam a desenvolver na criança a oralidade, entre elas está a leitura em voz alta: ler para o outro, ajuda a construir um repertório comum, ler para comentar o que foi lido, ler para socializar uma parte ou até mesmo um texto que goste.

Neste sentido para Freire:

A um ponto (...) gostaria de voltar, pela significação que tem para a compreensão crítica do ato de ler e, conseqüentemente, para a proposta de alfabetização a que me consagrei. Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade daquele. (...) esse movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do Mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. Esse movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização (FREIRE, 1989, p. 13).

A linguagem oral é de fundamental importância em nossa vida, é através da linguagem que construímos conhecimentos, organizamos nosso pensamento, socializamos e nos ingressamos no mundo. Desde muito cedo que a linguagem oral é utilizada pelas crianças para se comunicarem. Antes mesmo de conversar fluentemente, as crianças já fazem usos para expressar seus sentimentos, perguntar, pedir determinados objetos. Mesmo antes de conversar as crianças já são capazes de compreender a fala dos adultos em determinadas situações do cotidiano. Por isso, é importante que os adultos conversem com as crianças de forma clara, pronunciando as palavras corretas sem infantilizar e muito menos imitar a criança quando fala palavras pela metade.

### **Relações entre o desenvolvimento da oralidade e da escrita**

O oral e o escrito são duas formas da linguagem, embora sejam diferentes, mas podemos enfatizar que existe uma relação entre as duas. O que as diferenciam são as circunstâncias de uso. A linguagem oral é a nossa comunicação imediata é o olhar e dizer, é

o falar com o outro, enquanto que a língua escrita é a comunicação por meio do tempo e espaço.

Cada forma de comunicação seja ela oral ou escrita passa por um processo que se divide em dois: processo produtivo e receptivo. O primeiro processo é o produtivo, é expressivo e se refere ao falar e escrever. O segundo é o receptivo que se refere ao ler e escutar.

Segundo Marcuschi (2003, p.17) “sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. Contudo, não podemos declarar a fala como superior, uma vez que tanto a escrita como oralidade são práticas importantes da língua, cada uma com suas particularidades.

Fundamentando-se nos pressupostos resultantes da concepção tradicional e tecnicista, de que não compete à escola ensinar o aluno a falar, visto que essa aptidão é desenvolvida na interação com a família, gera-se um conceito muito equivocado, visto que limita a oralidade à fala do cotidiano, permeada de informalidades, retratada pelos bate-papos e pelas conversas do dia a dia.

Para Schneuwly (2004), cabe à escola ensinar ao aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações de comunicação, em especial nas mais formais. O autor evidencia que os gêneros da fala têm utilização nos diversos ambientes da vida social–trabalho, relações interpessoais e política.

Agregando-se com a afirmação do autor, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN estabelecem orientações para o trabalho didático com os conteúdos que devem ser priorizados pela escola.

Ensinar a língua oral significa para a escola possibilitar o acesso a usos da linguagem mais formalizadas e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p.67).

Nesse seguimento, desenvolver a oralidade possibilita uma interação entre o texto oral e o texto escrito tornando-os únicos, possibilitando, dessa maneira, a compreensão e a construção de significados para o texto.

Contudo, é notável a ênfase dada ao trabalho com a escrita em detrimento da oralidade, omitindo o fato de que

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a organização da sociedade. Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais. Não se trata de um espelhamento, mas de uma funcionalidade em geral mais visível na fala (MARCUSCHI, 2005, p. 35).

A escrita e a fala andam paralelamente, interagindo-se especialmente no começo do processo de desenvolvimento da escrita, em que o alfabetizando vai basear-se no seu repertório fonológico para começar a estabelecer as relações som e letra, característica de uma escrita alfabética.

Devemos considerar a importância do trabalho com a oralidade em sala de aula, e este pode ser um fio condutor para o desenvolvimento de outros eixos estruturantes da língua como, por exemplo, a apropriação do sistema de escrita.

Os documentos oficiais (BRASIL, 1998, p.25) que regulamentam o ensino de língua portuguesa no ensino fundamental afirmam que “cabe à escola ensinar ao aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento de apresentações públicas”, daí a importância de a oralidade ser enfatizada na escola.

Ainda de acordo com o documento:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (exposição, relatório de experiência, entrevista, debate etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista etc.) (BRASIL, 1998, p. 67-8).

Sobre essa perspectiva, é possível afirmar que essa concepção viabiliza o desenvolvimento de ações capazes de obstruir as dicotomias apontadas por Marcuschi (2001, p. 27), “dicotomias perigosas”, tão fortemente marcadas na escola que acabam por restringir o uso do oral ao campo do improvisado e informalidade.

Assim, observa-se a importância do trabalho a ser efetivado com oralidade em sala, uma vez que os estímulos e atividades sugeridas podem ser enriquecidos pelas produções, percepções e hipóteses de conhecimento criadas pelas crianças.

Cabe aos professores analisar a linguagem falada como companheira da linguagem escrita, procurando mostrar aos alunos que existe uma diferenciação entre elas, não podendo



ser concebidas de forma separada, já que uma influencia a outra constantemente e mutuamente.

Ramos (2003) salienta que quanto mais rico o conhecimento da língua oral, maior a base sobre a qual se estabelecerão habilidades para a leitura e a escrita.

Desse modo, um espaço rico com poesia, narrativas, música, estimula o desenvolvimento da consciência fonológica da criança, a facilidade em estabelecer e interpretar significados, enriquecendo o vocabulário e a memória auditiva e visual.

Em todo o processo ensino aprendizagem o respeito é fundamental e para que a criança não se intimide ou tenha receio em falar ao público, ao se trabalhar a oralidade, é preciso respeitar a particularidade de cada um. É comum em uma sala de aula ter alunos que falem mais, participe ativamente, enquanto que outros são mais tímidos. O professor, como mediador, precisa conhecer cada perfil e oferecer atenção específica. Quando o educando tem suas necessidades atendidas, terá muito mais chance de se desenvolver, principalmente naquilo em que ele mais precisa.

Quando se trabalha constantemente a oralidade na escola, a criança desenvolve as habilidades de se expressar bem em público e em diversas situações. Ampliar o conhecimento da língua falada são aprendizados essenciais para a vida de qualquer ser humano.

## **Conclusão**

Levando em consideração as abordagens aqui evidenciadas, várias são as pesquisas que assinalam a relevância da oralidade ser enfatizada pela escola na sala de aula. Autores como Freitas (1995), Golbert (1998), Marcuschi (2005), defendem a possibilidade de situações que têm em vista o desenvolvimento de competências orais nos sujeitos sociais que integram o universo escolar. Da mesma forma os Parâmetros Curriculares Nacionais reforçam a importância de a modalidade oral ser evidenciada pela escola, mesmo se referindo a um gênero intrínseco à condição humana.

A oralidade é a maneira de expor o que se está pensando por via da fala e o segundo modo de comunicação da criança com o meio em que vive (a primeira é o balbucio). Ademais, antes da existência da escrita, todo o conhecimento era transmitido oralmente de geração para geração.

Segundo Marcuschi (2005, p. 24), o objetivo das atividades com a oralidade na sala de aula deve ser ensinar os alunos a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua como um patrimônio maior do qual não se pode abrir mão, ressaltando o desafio de lidar com as variações linguísticas, considerando o contexto social em que os discursos são produzidos.

E que o processo de letramento do sujeito está associado a suas práticas sociais, as suas vivências de leitura e de escrita nos mais diversos contextos sociais. Nessa perspectiva, como o aluno participa de diferentes ambientes da sociedade, que exigem práticas variadas de letramento, é fundamental que o professor saiba quais são essas práticas, assim como as respeite.

Partilhamos da mesma opinião de Golbert (1988) ao afirmar que a atenção ao desenvolvimento da linguagem oral se justifica por um duplo significado: como recurso para a aquisição da escritura e como um caminho para a prevenção das alterações na aquisição da escrita. Por fim, a oralidade é um dos caminhos que favorecem para uma alfabetização eficaz, posto que este procedimento necessita de reflexão sobre a ligação entre a fala e a escrita, assim como o desenvolvimento da consciência linguística, o que se reflete no desenvolvimento cognitivo e social da criança.

## Referências

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclo do ensino Fundamental – Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1998.

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização**. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Chistiane; e HEBRARD, Jean. Ler e escrever: entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artmed, 1996.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1997.

GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GOLBERT, Clarissa S. **A evolução psicolinguística e suas implicações na alfabetização: teoria-avaliação-reflexões.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A língua falada e o ensino de português.** In \_\_\_\_ BASTOS, Neusa B. (org.). Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino. São Paulo: EDUC, 1998. p. 101-119.

\_\_\_\_\_. **Oralidade e letramento.** In \_\_\_\_ Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-43.

OLIVEIRA, Lucia Paula Novaes. Produção escrita: pesquisa-ação no primeiro ano do ensino Fundamental. IN: LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. ( org ). **Política, Gestão e qualidade da Educação:** Edições UESB. Vitória da Conquista, 2015.p 131- 148.

RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula.** São Paulo: Martins fontes, 1997.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 128.

Sobre as autoras:

***Lúcia Paula Novaes Oliveira***

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na Rede Municipal de Ensino da Bahia em Cordeiros, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED.

E\_mail: [paulinhanovaes2009@yahoo.com.br](mailto:paulinhanovaes2009@yahoo.com.br)

***Evanilda Soares e Silva***

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, trabalha na Rede Municipal de Ensino da Bahia em Cordeiros, Brasil. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED.

E\_mail: [nildacordeiros@hotmail.com](mailto:nildacordeiros@hotmail.com)